



Ainda o caso influencer

Publicado em 2025-09-19 09:00:40



Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

do que a prova

Do gabinete de Escária ao arquivo da pen-drive, a justiça tropeça mais em invisíveis do que em culpados



Box de Factos

- **1994 notas de 20 e 50 euros** foram apreendidas no gabinete de Vítor Escária.
- Uma **pen-drive com dados sensíveis** de agentes do Estado foi encontrada.
- **Inquérito arquivado** por falta de autoria, acesso ou provas diretas.
- **Nulidade da prova** foi pedida pela defesa de Afonso Salema — rejeitada.
- **MP recorreu** medidas de coação — Tribunal da Relação manteve decisão inferior.
- **Sem obstruções formais** registadas — mas com muitas zonas cinzentas.



1. Um escândalo de papel e silêncio

Foi em Novembro de 2023 que o país se surpreendeu com a descoberta de quase duas mil notas de euro — frescas, tangíveis, cheias de promessas — no gabinete de um dos homens mais próximos do então primeiro-ministro. Vítor Escária, chefe de gabinete de António Costa, viu-se no centro de um vendaval chamado *Operação Influencer*.

Mas não foi o dinheiro vivo o único vestígio encontrado: havia também uma pen-drive. Pequena. Anónima. Mas carregada de dados sensíveis — moradas, rendimentos, identificações fiscais de agentes dos serviços de segurança do Estado. Um mistério dentro do mistério.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Pedi ao Banco de Portugal o rastreio das notas. Esgrimi argumentos. Conduzi perícias. Mas, um a um, os fios que prendiam o novelo da verdade foram-se rompendo.

A pen-drive? Arquivada. As diligências? “Esgotadas”. O MP confessou: não conseguiu saber quem gravou os dados, quem os entregou, nem se Escária — ou alguém — sabia do que ali estava. O mistério tornou-se processo. E o processo tornou-se silêncio.

3. A nulidade que não vingou

A defesa de Afonso Salema, arguido influente no caso, tentou ir mais longe. Alegou que as provas foram recolhidas por órgão incompetente: a Polícia de Segurança Pública, quando a competência legal seria da PJ. Pediu nulidade de tudo.

O juiz rejeitou. Afirmou que a PSP agiu sob coadjuvação e direção do MP. A justiça, por enquanto, não desarmou. Mas o simples facto de tal pedido ter sido formulado — e com

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

4. Nem sabotagem... nem clareza

Não há provas de que instituições públicas tenham recusado cooperar com o Ministério Público. Nenhum banco, nenhuma agência estatal, nenhuma autoridade terá dito “não” à justiça. Mas também não há provas de que todos tenham dito “sim”, com eficácia, transparência e prontidão.

Há lacunas. Há peças por juntar. Há notas sem origem conhecida e dispositivos com segredos que não se revelam. E há uma democracia que observa — descrente, silenciosa, cansada de ver processos nascerem com promessas e morrerem arquivados.

5. Quando a influência não é só o nome da operação

A *Operação Influencer* talvez seja, no fim de contas, um nome premonitório. Porque o que se sente no subtexto do processo — e nos bastidores da política — é precisamente isso: influência. Não apenas nos negócios de lítio, de



Epílogo: A justiça, essa entidade metafísica

Onde estão os autores da pen-drive?

Quem contou as 1994 notas?

Que juiz conhece o rosto do silêncio?

Portugal assiste, de novo, a um processo onde os acusados podem ser ilibados não por inocência — mas por impossibilidade prática de provar o contrário. E a verdade, essa entidade que não aparece nos autos, talvez esteja escondida entre as gavetas que ninguém ousa abrir.

“Num país onde até a verdade se arquiva, a justiça continua a ser apenas uma promessa em papel timbrado.”

[coautoria icon="🖋️"]



Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.